

SESQUICENTENÁRIO DE JOAQUIM NABUCO

Leonardo Dantas SILVA

Nascido no Recife, no então Aterro da Boa Vista, hoje Rua da Imperatriz Tereza Cristina, em 19 de agosto de 1849, o menino veio receber, na pia batismal, o nome de Joaquim Aurélio, em homenagem ao seu padrinho.

Com a transferência da família do seu pai para o Rio de Janeiro, o menino ficou na companhia de sua madrinha, Ana Rosa, e por oito anos criou-se no Engenho Massangana, em terras do município do Cabo de Santo Agostinho. Com a morte de sua protetora, o menino é levado para o Rio de Janeiro e lá prossegue os seus estudos, já sob a orientação paterna.

Tudo fazia crer que o jovem filho do conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo havia sido conquistado pelos encantos da doce vida da Corte do Rio de Janeiro, onde a família residia na praia do Flamengo e mantinha um extenso círculo de amizades.

Seguindo sempre o rigor da moda, freqüentando as altas rodas da sociedade de então, impressionando os que o rodeavam com a sua erudição, o jovem trazia na "fisionomia traços puros, o cabelo denso atirado para trás em largas ondas, o porte airoso",¹ podia-se dizer que, com ele, a natureza havia sido pródiga, de modo a ser considerado um dos mais belos homens do seu tempo... "não faltou quem afirmasse que ele usava uma delicada pulseira de ouro".²

Daí o apelido de *Quincas*, o Belo, com o qual os que se incomodavam com sua maneira de ser tentavam diminuir os seus méritos.

Matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, onde convivia no Atheneu Paulistano, antiga associação de estudantes, com dois colegas egressos da Faculdade de Direito do Recife, Rui Barbosa e Antônio de Castro Alves, resolve no quarto ano transferir-se para sua terra natal. No Recife, onde nascera em 19 de agosto de 1849, reencontra-se com o seu passado e se vê diante de quadros antes adormecidos com suas recordações de infância.

Estava o jovem Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, recifense do Aterro da Boa Vista (Rua da Imperatriz Tereza Cristina), de volta ao berço que o viu partir, aos oito anos, após a morte de sua madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, para assim concluir a sua formação de pernambucano.

Se por uma dessas terríveis fatalidades, que eu daria a última gota do meu sangue para evitar, esse magnífico território fosse quebrado ao meio ou em pedaços, eu pensaria tanto em não ser pernambucano, como hoje penso em não ser Brasileiro.³

O Recife, que havia dado a sua contribuição no rumo da poética de Castro Alves, veio se tornar decisivo na carreira do então acadêmico: sob o sol forte do Equador, cuja luminosidade parece queimar as retinas e tornar mais azul o céu e mais verde o canavial, Joaquim Nabuco viria encontrar a régua e o compasso necessários ao traçado do seu próprio destino.

Os tempos de *Quincas*, o Belo, pareciam estar sepultados, após a sua temporada no Recife, onde sofreu o sopro das revoluções liberais e encontrou a sua verdadeira bandeira.

Para o moço que chegava, o Recife era "uma cidade inesquecível, sobretudo, para quem a viu ao luar, branca como um Campo Santo, com suas pontes, suas torres, os mastros de seus navios, apertados uns contra os outros e ancorados dentro da cidade na água dos rios que a cruzam... Como Veneza, é uma cidade que sai da água e que nela se reflete, é uma cidade que sente palpitar o oceano profundo no mais profundo dos seus recantos".⁴

Tinha então dezenove anos quando chegou ao Recife, sendo recebido como neto dos Morgado do Cabo, com laços de sangue entre

as principais famílias de então, tendo como protetor o Barão de Vila Bela - Domingos de Souza Leão -, um conservador então chefiando o Partido Liberal e antigo colega de academia do seu pai, que lhe abriu as portas e o encaminhou no futuro para a carreira política.

O Recife levou-o ao reencontro com o Engenho Massangana, nas terras do Município do Cabo, onde houvera passado a sua infância, que nele desperta recordações de fatos até então adormecidos em sua memória.

"Os filhos de pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar na espessa camada de canas caídas da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros-de-boi", relembra trinta anos após em *Minha Formação*.⁵

A visita ao Engenho Massangana despertou o jovem para sentimentos e acontecimentos escondidos na sua infância, vivida naquelas terras sob a guarda da zelosa madrinha, Ana Rosa, viúva do rico senhor rural Joaquim Aurélio de Carvalho, de quem herdara o prenome.

Naquela paisagem, dominada pela Casa-Grande e pela capelinha de São Mateus, Nabuco volta a ouvir o "muezin íntimo" como ponte de ligação com o sobrenatural, simbolizado pelo pequeno sino cujas notas continuavam a martelar os seus ouvidos, lembrando o texto da oração saída das bocas dos escravos em ar contrito: *Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*.

De volta ao Massangana o jovem se vê despertado para a cena que marcou a sua personalidade infantil para o flagelo da escravidão - as lágrimas do negro fugido a pedir a sua proteção -; volta a ouvir os gritos de lamento dos negros quando do falecimento de sua madrinha .. "uma cena de naufrágio" ; sente novamente a dor e a consternação causada com a sua partida - .. "eu deixara assim o meu paraíso perdido" - e assim melhor entendeu a importância daquela paisagem sobre a sua própria formação.

Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me e, sendo preciso, para resgatar-me, a voz, o frêmito sagrado, viria sempre de lá.⁶

No seu retorno ao ambiente onde vivera os seus primeiros oito anos, Nabuco encontra as máquinas a vapor no lugar da velha fábrica, o trabalho livre substituindo, em parte, a mão-de-obra do escravo, e em abandono a Casa-Grande, a senzala, a capelinha de São Mateus e o cemitério. Ao visitar o túmulo de sua benfeitora, no interior da igreja, e, logo após, ao transpor a cerca do antigo cemitério, então tomado pelas urtigas, evoca a memória de velhos escravos.

Sozinho ali, invoquei todas as reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei o ar carregado de aromas agrestes, que entretém a vegetação sobre suas covas, o sopro que lhes dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhava pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória [...] e então ali mesmo, aos vinte anos, tomei a resolução de votar minha vida, se assim fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em vez de azedar e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo a opressão de que era vítima um reflexo de bondade...⁷

A raça negra ganhara o seu grande patrono.

Não ficou só em promessas o jovem Nabuco. Naquele mesmo ano de 1869 escrevia ao seu pai comovente carta, incitando-o a promulgar a emancipação imediata do elemento escravo.

Há uma glória única que eu sonho para Vosmecê neste país. Quero que seu nome esteja abaixo do decreto que acabar com a escravidão. Se Vosmecê for chamado ao Ministério aceite-o por dois dias para ditatorialmente extingui-la.⁸

Das palavras passou à ação quando, desafiando toda a sociedade escravocrata da época, aceita o patrocínio da defesa do preto Tomás, acusado de haver assassinado o seu algoz, que o açoitara em praça pública, e, quando de sua fuga da cadeia, ferira mortalmente um dos guardas que ameaçava detê-lo. Mais tarde, cercado pela polícia nos quarteirões centrais do Recife, defendeu sua liberdade por mais de vinte e quatro horas, escondendo-se nos telhados dos sobrados e pondo a população em sobressalto, reagindo à bala contra seus perseguidores, transformando-se, no dizer do próprio Nabuco, de homem num verdadeiro tigre.

O Tribunal de Olinda, antes de sua fuga, o condenara à forca, o Tribunal da Relação do Recife, diante desse novo crime, o manda a novo júri, no qual encontraria Nabuco como o seu defensor.

Na origem desse processo, argumenta o então estudante do quinto ano da Faculdade de Direito do Recife, dois crimes sociais havia. Havia a escravidão, havia a pena de morte. Fora a escravidão que levava Tomás a praticar o primeiro crime, a pena de morte a perpetrar o segundo... Obrigado pela lei natural a conservar uma vida que não era da sociedade, mas de Deus, tentava evadir-se quando quiseram prendê-lo de novo para o cadafalso: foi então o seu segundo crime; ou por medo invencível, ou por vindita atroz, aniquilou ele esse homem que o agarrava pelas costas para sujeitá-lo à pena da lei e isso quando ele estava a entrar no gozo da liberdade pela fuga [...] Não cometeu um crime: removeu um obstáculo!

No testemunho de Sancho de Barros Pimentel, seu colega de Faculdade que com ele residia, "a voz clara e um pouco metálica que se fazia ouvir sem esforço até às extremidades das galerias; o porte airoso; o gesto, expressivo e sóbrio. Na fisionomia, porém, é que se concentra toda a vida do orador e antes mesmo das palavras ele interpreta, pelo brilho do olhar, pelo movimento dos lábios e pelas cores que lhe tingem as faces, as emoções que se lhe apoderam da alma".⁹

O preto Tomás fora condenado, todavia não mais à forca, como no primeiro julgamento, mas a galés perpétuas e o discurso de Nabuco entrou para a tradição do fórum do Recife.

A defesa do preto Tomás fez com que Joaquim Nabuco escrevesse, em 1870, o seu primeiro livro, *A Escravidão*, cujos originais, reunindo 237 páginas na letra miúda do jovem acadêmico, permanecem sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O livro, quase desconhecido pelos estudiosos de sua obra, não faz má figura ao seu autor, muito pelo contrário, revela um jovem preocupado com a problemática da escravidão, possuidor de larga erudição - histórica, jurídica e filosófica -, com expressivo domínio dos autores clássicos. *A Escravidão*, segundo plano da obra traçado pelo seu autor, se dividia em três partes: *O Crime*, *História do Crime* e *A Reparação do Crime*. Esta última, ao que parece, não chegou a ser escrita, ficando o manuscrito incompleto.

Quando das comemorações do Centenário de Nascimento de Joaquim Nabuco, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou *A Escravidão* no nº 204 de sua Revista (pp. 10 - 106, Rio de Janeiro, julho-setembro de 1949), com algumas falhas na leitura do texto original. A primeira edição autônoma de *A Escravidão* aconteceu em 1988, dentro da *Série Abolição*, dirigida pelo autor destas linhas, publicada pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, em edição definitiva, confrontada do manuscrito original pelo professor José Antônio Gonsalves de Mello, com apresentação do professor Manuel Correia de Andrade. O trabalho foi possível graças à compreensão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através do seu presidente Américo Jacobina Lacombe, nos remetendo microfilme dos originais que, copiados em papel fotográfico, passaram a integrar o acervo do Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco.

A carreira do jovem Nabuco estava apenas começando. Numa tumultuada reunião do Clube Liberal do Recife, ele, que houvera chegado atrasado, assistia às divergências das duas alas. Os radicais, representando uma das facções, resolveram deixar o recinto quando uma voz metálica e tonitroante se fez ouvir: *Quo vadis?* Era Nabuco que, fazendo de um banco a sua tribuna, iniciava um dos seus mais emocionantes discursos, conclamando a união dos Liberais, então ameaçada pelo cisma que se configurava. Sobre o episódio, o Barão de Vila Bela, em carta datada de 23 de outubro de 1870, dirigida ao senador Nabuco de Araújo, comenta: "Supunha-o moço de talento notável; mas não sabia que era dotado de dons oratórios tão eminentes. Dominou o auditório, que o aplaudia calorosamente e fez calar os tais radicais". Os comentários sensibilizaram o "Estadista do Império" que, em carta ao "filho do coração", expressa sua emoção: "... És meu orgulho; és o futuro de tua família e a esperança da Pátria".¹⁰

Tal triunfo daria a Nabuco as esporas de cavaleiro, segundo imagem de Luís Viana Filho, consolidando o seu futuro como político e orador.

Concluindo o curso pela Faculdade de Direito do Recife, em 28 de novembro de 1870, de posse do diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Joaquim Nabuco se vê impelido a continuar no Recife, onde os acenos da política pareciam lhe sorrir, no que foi

desaconselhado pelo seu pai. Na época encontrava-se o senador Nabuco de Araújo preocupado com a promulgação da Lei do Ventre Livre, o que finalmente ocorrerá em 25 de setembro de 1871, que no Senado foi defendida por outro pernambucano, Theodoro Machado Freyre Pereira da Silva, então Ministro da Agricultura do Gabinete do Visconde do Rio Branco.

Voltando ao Rio de Janeiro, tenta a advocacia no escritório do seu pai, mas logo desiste e termina por abraçar o jornalismo, ingressando inicialmente em *A Reforma*, travando polêmica com *A República*; escrevendo seu primeiro opúsculo, *Camões e os Lusíadas*, que veio a circular em 1872.

Uma vez mais, volta as suas vistas para a Europa e, na viagem, conhece Eufrásia Teixeira Leite, sobrinha do barão de Vassouras, por quem curte uma paixão que durará mais de doze anos, como se comprova na extensa correspondência. Aproveita a viagem para conhecer as celebridades da época, no mundo das letras e da política, tudo anotando em seu *Diário*.

Um ano depois volta Nabuco ao Brasil, onde o espera a boa vida que fora reservada para *Quincas, o Belo*, conquistando a atenção das mulheres e despertando a ira nos rivais "que o acusavam de usar pulseiras de ouro, ondular os cabelos, e pôr brilhantina nos bigodes" .¹¹

Não se ambientando na Corte, consegue, através da influência paterna, um lugar de adido na representação do Brasil em Washington, sendo depois transferido para Londres, onde recebe a notícia da morte do seu pai, ocorrida em 19 de março de 1878, a qual o faz retornar ao Brasil e, com o apoio do Barão de Vila Bela, concorre às eleições daquele ano por Pernambuco, ficando na última colocação.

Não me custou nada essa eleição... Custou sim a Vila Bela na corte e na província a Adolfo de Barros, que passou pela política como um perfeito *gentleman*, seu presidente, a incluïrem-me na lista.

Nabuco não era bem aceito pelo eleitorado liberal de então, que via na sua candidatura uma usurpação à de Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, professor da Faculdade de Direito do Recife, ex-representante de Pernambuco na Câmara Federal, muito admirado

pela juventude pelo seu espírito liberal. Com a sua maneira européia no trajar, sempre radicado no Rio de Janeiro e na Europa, dado a conquistas amorosas, tinha Nabuco ao seu favor apenas a amizade do Barão de Vila Bela, que havia assumido compromisso com o seu pai recém-falecido. Na Câmara, onde militava uma maioria de liberais, Nabuco surpreendeu os seus críticos, ocupando a tribuna quase que diariamente, mais parecendo estar "sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse sob as ordens de Gladstone".

Em meados de 1880, observa Luís Viana Filho, a imprensa começou a abrir espaço para os *abolicionistas*, adjetivo até então desconhecido mas que logo se incorporou ao vocabulário corrente. Eram os partidários da liberdade dos escravos, independente de indenização, os quais formavam uma nova corrente de pensamento, atuante no Parlamento e nos diversos setores de opinião, e tinha naquele jovem, até então, um cortejador de damas, o seu líder.

Havia no Brasil daqueles dias quase dois milhões de escravos, "enquanto que seus filhos de menos de oito anos e todos os que viessem a nascer; apesar de *ingênuos*, estavam sujeitos até os vinte e um anos a um regime praticamente igual ao cativoiro".¹²

O lugar de *Quincas*, o *Belo*, havia sido ocupado por um jovem incendiário, cujo único e permanente ideal foi o de ver apagada do Brasil a mancha da escravidão, como diria ele próprio mais tarde: "A causa abolicionista exercia sua sedução sobre a mocidade, a imprensa, a democracia; era um *imperativo categórico* para os magistrados e os padres; tinha afinidades profundas com o mundo operário e com o exército, recrutado de preferência entre os homens de cor, operava como um dissolvente sobre a massa dos partidos políticos, cujas rivalidades incitava com a honra que podia conferir aos estadistas que o empreendessem, e à própria dinastia inspirava de modo espontâneo o sacrifício indispensável para o sucesso".¹³

Na Câmara Federal e na imprensa, o movimento abolicionista ganhava adeptos. Ao encontro de Nabuco vieram Sancho de Barros Pimentel, seu amigo dos tempos da Faculdade de Direito do Recife, então deputado por Sergipe; José Mariano Carneiro da Cunha, deputado por Pernambuco, que se tornou no seu mais importante aliado político,

Marcolino Moura e José Serra, jornalista e deputado pelo Maranhão, além de José do Patrocínio, redator da *Gazeta de Notícias*, e Ferreira de Menezes, que escrevia na *Gazeta da Tarde*, órgãos da imprensa que passaram a ser grandes divulgadores do movimento.

Sobre José do Patrocínio, assim observou Nabuco: "Desde 1880 até a abolição, ele não deixou passar um dia sem a sua linha"...

Em 9 de julho de 1880, é a vez da adesão do mulato André Rebouças, notável engenheiro, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, versado em várias ciências, industrial, homem de posses, que veio a se tornar o grande mecenas da causa, uma das maiores figuras do movimento.

Matemático e astrônomo, botânico e geólogo, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo, Rebouças foi talvez dos homens nascidos no Brasil o único *universal* pelo espírito e pelo coração... Pelo espírito teremos tido alguns, pelo coração outros; mas somente ele foi capaz de refletir em si ao mesmo tempo, a universalidade dos conhecimentos e a dos sentimentos humanos. Quem sabe se não foi a imagem que partiu o espelho!¹⁴

O movimento engrossava fileiras, o rio tornara-se caudaloso com as últimas chuvas e a pororoca das idéias tornara-se inevitável. José do Patrocínio e André Rebouças faziam de tudo, inclusive varrer os teatros e vender ingressos, para os espetáculos e conferências, visando arrecadar fundos para a campanha.

Em 28 de setembro de 1880,¹⁵ na própria casa da família Nabuco, no Flamengo, é instalada a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, destinada a promover a propaganda abolicionista e a agitação por todos os meios legais e pacíficos. Nabuco, na ocasião, fora eleito presidente, como presidentes honorários foram aclamados os nomes de Muniz Barreto, Beaurepaire Rohan e Saldanha Marinho, sendo escolhido o Visconde do Rio Branco como primeiro sócio honorário. A primeira diretoria estava assim formada: presidente, Joaquim Nabuco; vice-presidentes, Adolfo de Barros e Marcolino Moura; secretários, José Américo dos Santos e José Carlos de Carvalho; tesoureiro, André Rebouças.

Coube a Nabuco, em nome da nova sociedade, a redação do manifesto contra a escravidão, publicado em três línguas, no *Rio News* e *Messenger du Brésil*, com ampla repercussão. O documento procurava atingir em cheio a clandestinidade do trabalho dos escravos e seus descendentes, importados após a sanção da lei de 7 de novembro de 1831.

Inúmeros africanos estão empregados na lavoura, que foram criminosamente importados, e os filhos desses escravizados constituem a nova geração dos escravos. Nem mesmo a desculpa de que a escravidão é uma propriedade legal existe em favor dela: ela é, pelo contrário, ilegal e criminosa em uma escala tão grande que a simples revisão dos títulos da propriedade bastaria para extingui-la.

A nova sociedade, sob a direção de Joaquim Nabuco, passa a editar um jornal mensal sob o título *O Abolicionista*.

O ABOLICIONISTA - Órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Número avulso 200 réis. Formato 30 x 25 cm. Impresso no Rio de Janeiro - Tipografia da *Gazeta de Notícias*, Rua Sete de Setembro nº 72 Circulação mensal.

O seu primeiro número circulou em 1º de novembro de 1880, trazendo o manifesto com a linha editorial do jornal - *A Nossa Missão* - e noticiário sobre a derrota do projeto de Joaquim Nabuco, em favor da emancipação do elemento servil, com a lista dos deputados que votaram favoravelmente.

Da coleção desta folha, de expressiva importância para o estudo do movimento abolicionista em terras do Brasil, reunimos os exemplares publicados sob a direção de Joaquim Nabuco, no período de novembro de 1880 a dezembro de 1881, num total de catorze edições, que pertenceram à coleção do próprio estadista e hoje integram o acervo desta Fundação que o tem por patrono. Nos exemplares aqui reproduzidos, de modo a despertar o interesse dos estudiosos da matéria, está a ação do movimento na Câmara Federal e em outras províncias, mostrando a realidade daqueles dias em que Nabuco, como Alexandre de Macedônia, havia para si sido reservado tão-somente *A Esperança!*

As posições assumidas por Joaquim Nabuco, em favor da emancipação do elemento escravo, logo o transformaram numa das

figuras mais discutidas de seu tempo. Não compreendiam os liberais e conservadores, governo e clero, classes produtoras e assalariadas, senhores rurais e pequenos proprietários, como aquele jovem "bem nascido", neto dos Morgado do Cabo, continuava a ser o defensor da raça negra, dos escravos e ingênuos, e a fomentar a formação de um partido dos "que não têm nada a perder".

"Se um estrangeiro deitasse os olhos sobre os jornais desta cidade no momento atual, seria inquestionavelmente levado a concluir que o homem mais influente e simultaneamente mais odiado em todo o Brasil é Joaquim Nabuco", comentava o *Rio News* em sua edição de 24 de julho de 1886, artigo transcrito pelo *O Paiz* em 26 do mesmo mês.

O bem feito jornal publicado em formato tablóide, com sua matéria disposta em duas colunas, mostra em seu noticiário os vários aspectos da luta contra a escravidura, dando publicidade ao noticiário da imprensa das demais províncias, relatando os crimes cometidos contra a raça negra. Reler as páginas de *O Abolicionista* é rever com cores próprias o cenário daqueles dias em que a escravidão se tornara, no dizer do próprio Nabuco, "o mais monstruoso agregado de crimes e de crueldades que jamais existiu no mundo, uma forma apenas mais civilizada do canibalismo selvagem".¹⁶

As eleições de 31 de outubro de 1881 não foram favoráveis aos liberais, tendo sido Joaquim Nabuco derrotado, na sua candidatura pelo 1º Distrito da Corte, pois, com a morte do Barão de Vila Bela - Domingos de Souza Leão (1819 - 1879) -, não contava mais com o respaldo eleitoral em sua província natal.

Perdendo a tribuna da Câmara, bastante amargurado, Joaquim Nabuco retira-se para Londres, deixando a direção da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e conseqüentemente a redação de *O Abolicionista*, em cuja edição de 1º de dezembro de 1881 transcreve, na primeira página, carta de despedida do seu principal redator.

No seu exílio em Londres, onde reencontra a acolhida da casa do barão de Penedo, Nabuco se vê diante de dificuldades financeiras de toda a ordem sobrevivendo como correspondente do *Jornal do Comércio*, de onde recebia trinta libras e de *La Razón* (Montevideú), ao

preço de dez libras, além de ser empregado da Sugar Factories, companhia ligada à fabricação de açúcar no Brasil, que lhe pagava dezessete libras. Residia, então, no modesto apartamento em Hanover Square, Maddoy Street, 20 A.

No seu "desterro forçado", onde curtia as "saudades de casa", Nabuco resolveu escrever o livro *O Abolicionismo*, "o primeiro de uma série cujo fim é apresentar à massa ativa de cidadãos brasileiros, com os melhores fundamentos que seja possível ao autor estabelecer as reformas que para nós são realmente vitais, considerando-se que a vida de um país não é só vegetativa, mas também moral. Por numerosas razões, aduzidas, por assim dizer, em cada página do presente volume, a emancipação dos escravos e dos ingênuos, e a necessidade de eliminar a escravidão da constituição do nosso povo, isto é, o Abolicionismo, devia ter precedência às demais reformas".¹⁷

A publicação de *O Abolicionismo*, que circulou em agosto de 1883, impresso pela Tipografia de Abraham Kingdon & Co. - Londres, custara às combalidas finanças de seu autor a elevada quantia de dois contos de réis.

O livro, que recebera no seu lançamento comentários elogiosos das *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*, ainda é visto em nossos dias por Luiz Viana Filho como uma obra "que estava longe de emocionar os leitores. Aqui e ali, vislumbrava o dedo do gigante, mas, no conjunto, o trabalho era quase medíocre, o que não impediu de ser recebido festivamente pelos companheiros de ideal".¹⁸

Em *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco não somente se mostra detentor de uma "procuração tácita" que lhe fora outorgada pelas classes dos escravos e dos ingênuos, mas apresenta um verdadeiro libelo contra a herança que Portugal nos impôs e uma denúncia contra a omissão da Igreja Católica Romana e a sociedade de então.

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve infelizmente à igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos Conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores

e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção pelo nosso clero do posto que o Evangelho lhe marcou foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativo, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou nunca impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime católico das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, *nunca* elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

No Brasil, a questão não é como nas Colônias Européias, movimento de generosidade em favor de uma classe de homens vítimas de uma opressão injusta a grande distância das nossas praias. A raça negra não é tampouco para nós uma raça inferior, alheia à comunhão ou isolada desta, e cujo bem-estar nos afete como o de qualquer tribo indígena maltratada pelos invasores europeus. Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro. Por outro lado, a emancipação não significa tão-somente o termo da injustiça de que o escravo é mártir, mas também a eliminação simultânea de dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o *senhor*.

Aceitamos esse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os *ingênuos* na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo país e no nosso próprio interesse. Quem pode dizer que a raça negra não tem o direito de protestar perante o mundo e perante a história contra o procedimento do Brasil? Esse direito de acusação, entretanto, ela própria o renunciou; ela não apela para o mundo, mas tão-somente para a generosidade do país que a escravidão lhe deu por pátria.

A importância de *O Abolicionismo* é destacada pelo historiador Evaldo Cabral de Mello quando, em 1976, ao receber o Prêmio Joaquim Nabuco outorgado pela Academia Brasileira de Letras ao seu livro *Olinda Restaurada - Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*,¹⁹ diz ser o livro da maior importância para o entendimento da obra clássica de Nabuco, *Um Estadista do Império*, escrita sobre o seu pai.

Para Evaldo Cabral de Mello, em depoimento pessoal ao autor destas notas, *O Abolicionismo* foi o melhor livro escrito sobre o Brasil no século XIX, tornando-se o mais importante para o entendimento da formação sociocultural do povo brasileiro até a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933.

Ao defender "O Mandato da Raça Negra", Joaquim Nabuco antecipa-se, em cinquenta anos, ao pensamento social de Gilberto Freyre, in *Casa-Grande & Senzala*, ao ver no Brasil uma nação mestiça: "Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos portanto admitir essa maldição da cor; pelo contrário, devemos tudo fazer para esquecê-la".²⁰

E mais ainda:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. Os debates da última legislatura, e o modo liberal pelo qual o Senado assentiu a elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostram que a cor no Brasil não é, como nos Estados Unidos, um preconceito social contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento e o mérito de quem incorre nele. Essa boa inteligência em que vivem os elementos de origem diferente da nossa nacionalidade é um interesse público de primeira ordem para nós.

O caminhar do homem continuará em sua trajetória. O seu livro, escrito no exílio, tornou-se uma verdadeira profissão de fé da

crença abolicionista. Ao disputar as eleições do Recife no ano seguinte, como candidato do 1º distrito, Nabuco mostra a sua maioria como orador. Os discursos, cuidadosamente taquigrafados, foram reunidos por ele in *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884, a ser reeditado dentro desta Série Abolição*.

- A conturbada disputa porém não lhe deu a vitória, o que só veio alcançar em 7 de junho de 1885 ao disputar uma vaga pelo 5º distrito, com os votos de Nazaré da Mata e Bom Jardim, tomando assento na Câmara em 3 de julho.

Com o apoio de José Mariano Carneiro da Cunha e de todos os militantes dos movimentos abolicionistas existentes em Pernambuco, formados pelas diversas associações, Joaquim Nabuco passa a dispor de uma base eleitoral.

Em 15 de setembro de 1887, ao disputar novamente uma vaga de deputado, tendo novamente como adversário o então Ministro do Império, Machado Portela, que representava em Pernambuco as forças conservadoras, Joaquim Nabuco obteve a votação de 1407 sufrágios, contra 1270 dados ao seu opositor. Com essa vitória, na qualidade de deputado por Pernambuco, Joaquim Nabuco assiste á concretização de seu sonho maior, a promulgação da Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, que considerava extinta a escravidão no Brasil.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- (1) VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas*: Rui, Nabuco e Rio Branco. Rio: José Olympio Editora, 1981, p. 429.
- (2) VIANA FILHO, Luís, op. cit. p. 429.
- (3) Conferência no Teatro de Santa Isabel (Recife), 12 de outubro de 1884.
- (4) NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 33.
- (5) NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Instituto do Progresso Editorial, 1949, p. 178.
- (6) NABUCO, Joaquim, op. cit. p. 178.
- (7) NABUCO, Joaquim, op. cit. p. 186.
- (8) VIANA FILHO, Luís, op. cit. 434.
- (9) NABUCO, Carolina, op. cit., citando artigo publicado na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), 14 de outubro de 1883.

- (10) NABUCO, Carolina, op. cit. p. 40.
- (11) VIANA FILHO, Luís, op. cit. p. 456.
- (12) NABUCO, Joaquim, op. cit. p. 191.
- (13) NABUCO, Joaquim, op. cit. p. 192.
- (14) NABUCO, Joaquim, op. cit. p. 200.
- (15) Existem divergências de datas da fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que apareceu em 28 de setembro de 1880, segundo noticiário de O Abolicionista, de 28 de setembro de 1881.
- (16) VIANA FILHO, Luís, op. cit. p. 479.
- (17) NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Ed. comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. Fac-símile da primeira, Londres 1883. Recife: Fundação Joaquim Nabu-co - Editora Massangana, 1988.
- (18) VIANA FILHO, Luís, op. cit. p. 491.
- (19) MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Universidade de São Paulo 1975.
- (20) NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*, p. 22.